



UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS,
ADMINISTRATIVAS E CONTÁBEIS
CENTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FEAC

Texto para discussão

Texto para discussão nº 08/2006

*COLETÂNEA DE ARTIGOS PUBLICADOS NA
REVISTA SOMANDO*

Eduardo Belisário Finamore

Sumário

Apresentação	3
Em busca do desenvolvimento regional	4
Sobre uma política industrial para Passo Fundo e Região	6
O crescimento econômico de Passo Fundo num contexto regional	7
Origens e destinos do território de Passo Fundo desde 1857	11
Observatório econômico	15

APRESENTAÇÃO

O presente texto de discussão apresenta cinco resenhas, publicadas na revista **Somando** da Fundação Cultural Planalto de Passo Fundo, publicadas ao longo dos anos de 2005 e 2006.

Espera-se com isso contribuir com a discussão sobre as políticas de desenvolvimento econômicos que incluem abordagens de análise dos arranjos produtivos locais e que buscam melhorar sua competitividade, e também a abordagem do Desenvolvimento Local, ou de estruturação de um Sistema Produtivo Local que busca a qualidade de vida na região.

O primeiro texto **“Em busca do desenvolvimento regional”** mostra a estrutura de um sistema produtivo local, em que figuram a construção de um observatório econômico, de um centro tecnológico e de uma agência de desenvolvimento local.

O segundo texto intitulado **“Sobre uma política industrial para Passo Fundo e região”** revela a necessidade uma estratégia de desenvolvimento regional intitulada “Estratégia de Prosperidade Econômica Regional” que é um elemento de um plano de desenvolvimento regional, e que é baseada em agrupamentos produtivos. A metodologia dessa estratégia foi apresentada num texto de discussão anterior intitulado “Agrupamentos de Emprego na Região da Produção”.

O terceiro texto **“O crescimento econômico de Passo Fundo num contexto regional”** revela os dados econômicos de Passo Fundo e da economia regional.

O quarto texto intitulado **“Origens e destinos do território de Passo Fundo desde 1857”**, partiu de uma curiosidade sobre as emancipações municipais da região. Sabe-se que apesar da perda territorial de Passo Fundo ao longo do tempo, os municípios da região demonstram que Passo Fundo é um caminho preferencial da população regional na busca de atendimento de suas necessidades de consumo de bens e serviços.

Por fim, o quinto texto intitulado **“Observatório Econômico”** apresenta um projeto preliminar, para discussão, sobre os objetivos e propostas desse importante instrumento de integração regional. Para que se possa concretiza-lo é necessário a identificação, por parte de nosso corpo docente, de metodologias reconhecidas e avalizadas pelas instituições de apoio ao observatório, de forma que os tomadores de decisão local tenham em mãos relatórios padronizados que possibilitarão acompanhar o desenvolvimento regional, em diferentes abordagens.

EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

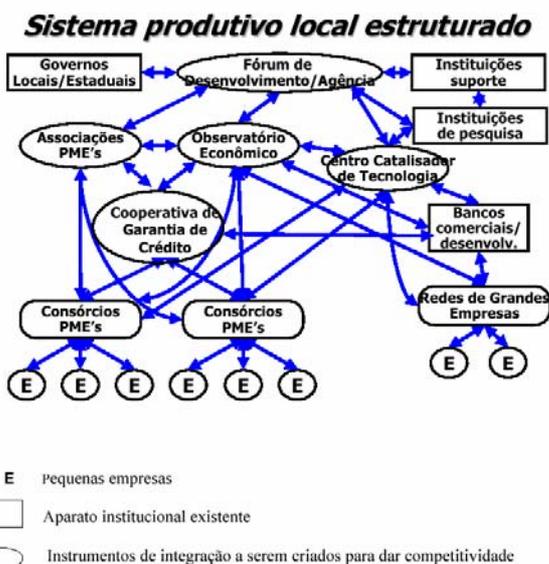
Eduardo Belisário Finamore - finamore@upf.br
Professor de economia – FEAC/UPF

O desenvolvimento econômico vem se tornando, tanto do ponto de vista intelectual quanto político, um grande desafio. O que se observa, numa perspectiva macro, é a necessidade de dar vida a territórios e a cidades, os quais passam a ser os novos atores na competição por capital, tecnologia e mercados. O objetivo desse artigo é apresentar os elementos de um modelo de desenvolvimento regional, que, diga-se de passagem, pode estar começando a se formar em nossa região.

A base de uma economia é formada por agrupamentos produtivos, que são grupos de empresas inter-relacionadas, produtoras de bens e serviços finais e intermediários (insumos), incluindo associações de suporte privadas ou ligadas ao governo. Esses agrupamentos produtivos podem estar organizados em vários consórcios (relações de parceria) ou corresponder a um único grande consórcio (de uma grande marca, por exemplo). Um agrupamento pode ainda não conter nenhum consórcio, ou seja, as relações de parceria são todas informais.

Para que o desenvolvimento econômico possa ser alcançado deve existir, ainda, mecanismos de integração de todas as entidades representativas da região, uma macro rede associativa, chamado de Sistema Produtivo Local. O Sistema Produtivo Local pode ser definido como uma região fortemente estruturada, contendo um ou mais agrupamentos, com um planejamento territorial com alta interação público-privada, com respeito à cultura e com o objetivo de assegurar a qualidade de vida dos habitantes.

Assim, enquanto as abordagens de análise dos agrupamentos produtivos buscam melhorar sua competitividade, a abordagem do Desenvolvimento Local, ou de estruturação de um Sistema Produtivo Local, busca a qualidade de vida na região. A figura abaixo resume um Sistema Produtivo Local, típico do norte da Itália e apresenta uma série de mecanismos de integração regional, normalmente de caráter virtual.



Nota-se por cima, uma Agência de Desenvolvimento Regional. Uma moderna agência é considerada um instrumento de integração de quarto grau, pois atua sobre toda a região e, seus sócios são os entes públicos e privados que trabalham pelo desenvolvimento da região. Logo abaixo se apresentam dois instrumentos de integração de terceiro grau: um observatório econômico (ou centro de informação) e um centro catalisador de tecnologia (na Itália conhecido como Parco

Scientífico-Tecnológico). São ainda apresentados mecanismos de segundo grau (associações empresariais) e mecanismos de primeiro grau como os consórcios de empresas.

Deve-se salientar que os instrumentos de integração de terceiro grau, ou seja, o observatório econômico e o centro tecnológico, atuam diretamente no desenvolvimento dos agrupamentos e seus sócios normalmente são os principais atores da cadeia produtiva desses agrupamentos e os parceiros públicos. Para que o desenvolvimento ocorra sem estrangulamentos deve haver uma base de informações dinâmica sobre a cadeia e um sistema de captação e informação às empresas/instituições. Além disso, deve haver uma estrutura capaz de auxiliar no desenvolvimento de produtos e serviços com maior conteúdo competitivo, capaz de gerar eficácia na utilização dos recursos da plataforma física de apoio tecnológico e informativo às empresas.

No Brasil, é comum se ver uma série de estudos sobre aglomerados produtivos, muitos com diagnósticos, outros com diagnósticos e planos de ação, mas são notórios os problemas quando do processo de intervenção para implementá-los. A grande questão é: quem lidera o processo de desenvolvimento regional? Em outras palavras: quem tem legitimidade para desencadear o processo, comandá-lo mantendo a continuidade? A resposta é: uma Agência de Desenvolvimento Regional. A agência deve participar na definição da estratégia regional; mobilizar todos os atores, incluindo os políticos, em torno da estratégia; mobilizar fundos; e identificar projetos piloto, ou de demonstração.

O maior objetivo das Agências de Desenvolvimento é o desenvolvimento econômico dos agrupamentos produtivos. Esta tarefa implica por um lado considerar os objetivos de planejamento do território e, por outro lado, a assistência a empresas. Pode-se considerar que uma agência de desenvolvimento é um corpo local privilegiado para a definição e implementação de uma estratégia de desenvolvimento regional.

Para a implementação do Sistema Produtivo Local, a nível regional, penso que, como ponto de partida, devem ser avaliados três pontos.

- 1) Definição do território como uma região-plano onde há uma coerência administrativa entre a área em estudo e instituições políticas disponíveis para efetuar decisões de planejamento. A falta de uma visão da região como um território fez com que o COREDE Produção, a divisão política do estado do Rio Grande do Sul, diminuísse de 41 municípios em 2003, para 34 em 2004. Atualmente os municípios de Água Santa, Nicolau Vergueiro, Santa Cecília do Sul, Soledade, Tapejara, Tio Hugo e Vila Lângaro pertencem a outros COREDES.
- 2) Identificação dos atores regionais, individuais - membros da sociedade civil que ocupam posições de poder e de influência - e corporativos - com personalidade jurídica definida e regulamentada pelo estado. Os atores regionais agem de forma cooperativa ou de forma independente? Uma questão interessante é verificar se existe, no empresariado, algum elemento comportamental associado a uma certa lealdade ao lugar. Avaliando o mapa institucional é possível descobrir a regionalidade (ou grau de provincianismo) das demandas dos diferentes setores, ou mesmo verificar a existência de empresários regionais.
- 3) Criar o observatório econômico, um instrumento de integração de terceiro grau, de forma a obter informações sobre os agrupamentos produtivos locais e gerar as informações preliminares de forma que se possa iniciar um processo de discussão profissional sobre o desenvolvimento regional. Esse laboratório terá a missão de gerar cenários regionais do tipo contextual (de conjuntura) e estratégico (configuração e gestão regional). Estes cenários facilitarão a atuação e a ampliação do poder territorial e dos atores que aqui atuam.

As definições da região e do papel dos atores institucionais permitem formular acordos e compromissos estratégicos de longo prazo com outras regiões e com propósitos definidos. É preciso criar, coletivamente, um projeto de desenvolvimento. Passo Fundo precisa demonstrar que é uma cidade pólo e liderar o projeto de desenvolvimento da região.

SOBRE UMA POLÍTICA INDUSTRIAL PARA PASSO FUNDO E REGIÃO

*Eduardo Belisário Finamore
Professor de economia - UPF*

Tradicionalmente políticas públicas voltadas para o setor industrial possuem o objetivo de correção de distorções, suplementação da iniciativa privada e coordenação econômica. Muitas vezes, no entanto, o poder político é dominado pelas forças de mercado, que, evidentemente exercem poder sem ser identificadas e muitas vezes são exercidos pelas multinacionais. Nos novos espaços econômicos globais emerge o poder compartilhado. Nas etapas iniciais da construção do novo espaço industrial, se manifestam os poderes estaduais e municipais e as influências do capital privado, delineando novas relações de produção, novas relações de trabalho e novas relações com o poder público.

Os padrões econômicos contemporâneos são descritos pelo conceito de aglomeração regional, cujo objeto geográfico é representado pela instalação produtiva oriunda da herança histórica da região. Os agrupamentos são entendidos como setores inter-relacionados que dirigem a criação de riqueza em uma região principalmente através da exportação de bens e serviços. Salienta-se que todas as categorias de emprego, de dentro e de fora dos agrupamentos, são responsáveis pela produção de bens e serviços da região e para a prosperidade da economia local. Entretanto, os agrupamentos deveriam ser um enfoque primário para a política de desenvolvimento econômico regional por causa de seus impactos potenciais no padrão de vida da região.

Penso que a contribuição do poder público local, em suas diferentes esferas, está na elaboração de uma Estratégia de Prosperidade Econômica Regional que é um elemento de um plano de desenvolvimento regional, e que é baseada em agrupamentos produtivos. Mais importante, os negócios de fora do agrupamento ganham benefícios positivos como resultado das relações interindustriais que existem em uma economia regional. É uma estratégia projetada para aplicar uma metodologia de qualidade de vida, com geração de empregos com rendas acima da média regional. A metodologia dessa estratégia enfatiza que a chave para construir empregos de altas rendas é a expansão de oportunidades de emprego nos agrupamentos de alto valor adicionado. Essa estratégia é uma tentativa para maximizar a eficiência da política pública e do investimento privado enfocando esforços basicamente nos gerentes econômicos da região.

Enfocando na qualidade dos empregos, em lugar da quantidade, a Estratégia de Prosperidade Econômica Regional pode levar a região de Passo Fundo a alcançar a meta de ter um alto padrão de vida. Tem um ditado que diz: “A verdadeira viagem da descoberta não consiste em procurar novas terras, mas em vê-las com novos olhos”.

O CRESCIMENTO ECONÔMICO DE PASSO FUNDO NUM CONTEXTO REGIONAL

Eduardo Belisário Finamore
Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - UPF

Historicamente, Passo Fundo tem assumido o papel de capital regional, onde de fato alguns estudos demonstram ser um caminho preferencial da população de cidades vizinhas na busca de atendimento de suas necessidades de consumo de bens e serviços em nosso município. Cabe indagar: como estará a trajetória do crescimento do município frente ao desempenho econômico do estado e da região em período recente? Os números divulgados recentemente pela Fundação de Economia e Estatística estadual (FEE) para os municípios gaúchos permitem responder a esta questão.

O objetivo deste artigo é analisar a trajetória econômica de Passo Fundo quanto ao PIB agregado e ao PIB setorial, num contexto estadual e regional. Procurou-se estabelecer um retrato de Passo Fundo e da região, observando sua trajetória de curto prazo, sem pretender estabelecer cenários propositivos de longo prazo, por fugir ao escopo do trabalho. O período escolhido para a análise municipal foi a partir de 1996, por considerar que os dados anteriores disponíveis – 1985 e 1990 – podem distorcer o desempenho do município devido às emancipações que ocorreram neste período.

A Tabela 1 mostra o PIB a preço de mercado do Rio Grande do Sul e de Passo Fundo, a preços reais de 2005. Os últimos dados municipais disponíveis são para o ano de 2003.

Tabela 1: Produto Interno Bruto a preços de mercado do Rio Grande do Sul e Passo Fundo

Ano	Rio Grande do Sul			Passo Fundo			PF/RS
	PIB (R\$1.000)	Var. anual %	PIB per capita	PIB (R\$1.000)	Var. anual %	PIB per capita	
1996	125 850		13 058	1 759		11 251	1,398%
1997	133 478	6,06%	13 510	1 801	2,42%	11 143	1,350%
1998	132 771	-0,53%	13 293	1 692	-6,05%	10 316	1,275%
1999	136 751	3,00%	13 486	1 903	12,47%	11 253	1,392%
2000	142 741	4,38%	13 918	2 051	7,73%	12 049	1,437%
2001	147 104	3,06%	14 183	1 998	-2,55%	11 540	1,358%
2002	148 693	1,08%	14 176	2 040	2,10%	11 575	1,372%
2003	155 814	4,79%	14 689	2 174	6,54%	12 130	1,395%
2004	160 418	2,95%	14 955				
2005	152 714	-4,80%	14 081				
Var. anual % 1996/2003	3,05%		1,68%	3,02%		1,07%	

De 1996 a 2005 o Rio Grande do Sul cresceu a uma taxa anual de 2,15%, performance prejudicada pela queda da produção agrícola, ocasionada pela seca, em 2005. No período de 1996 a 2003 o estado cresceu a um ritmo de 3,05% ao ano acompanhado de perto por Passo Fundo que cresceu a um ritmo de 3,02% ao ano. Pode-se antecipar que o valor adicionado da produção municipal em 2005 também apresentará uma queda, talvez maior do que a observada na média estadual, devido à forte ligação do município com a região pólo agroindustrial. A participação da produção municipal (R\$ 2,17 bilhões em 2003) sobre a produção estadual (R\$155 bilhões em 2003) manteve-se praticamente estável, considerando início e fim de período – 1,40% da produção estadual. Devido ao crescimento populacional do município ser maior do que o do estado, o PIB per

capita de Passo Fundo (R\$ 12.130 em 2003) cresceu 1,07% ao ano, menos do que o PIB per capita estadual (R\$14.081 em 2003) de 1,68% ao ano. Observa-se que o PIB per capita estadual em 2003 foi 21% maior do que o PIB per capita do município.

Passando para uma análise regional, cabe dizer que o estado é dividido em 24 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Decreto de 2004). Inicialmente eram 21 Coredes, mas nos últimos anos foram acrescentados outros três, com alguns municípios trocando de região. O Corede produção, era composto por 41 municípios, sendo atualmente composto por 34 municípios. São eles: Almirante Tamandaré do Sul; Barra Funda; Camargo; Carazinho; Casca; Chapada; Ciríaco; Constantina; Coqueiros Do Sul; Coxilha; David Canabarro; Ernestina; Gentil; Marau; Mato Castelhana; Muliterno; Nova Alvorada; Nova Boa Vista; Novo Barreiro; Novo Xingu; Palmeira das Missões; Passo Fundo; Pontão; Ronda Alta; Rondinha; Santo Antônio do Palma; Santo Antônio do Planalto; São Domingos Do Sul; São José das Missões; São Pedro das Missões; Sarandi; Sertão; Vanini; e Vila Maria. Os municípios que não pertencem mais ao Corede Produção são: Água Santa, Nicolau Vergueiro, Santa Cecília do Sul, Soledade, Tapejara, Tio Hugo e Vila Lângaro.

A Figura 1 mostra a distribuição percentual do PIB a preços básicos (excluídos os impostos indiretos – ICMS, IPI, etc) dos municípios do Corede Produção para o ano de 2003. Observa-se que Passo Fundo gerou 29,9% do valor adicionado da produção regional, seguido por Marau (16,0%), Carazinho (10,2%), Palmeira das Missões (8,2%) e Sarandi (4,4%).

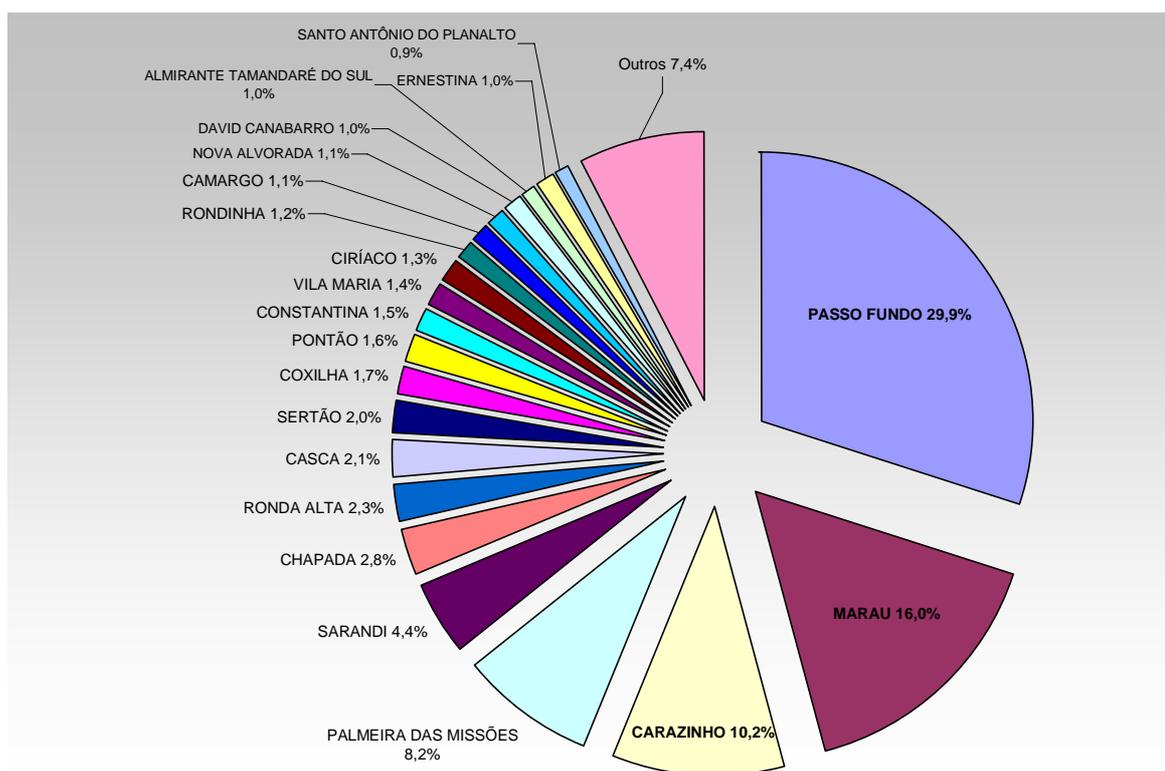


Figura 1: Distribuição percentual do PIB regional a preços básicos – ano base de 2003

A Tabela 2 mostra o PIB setorial a preços básicos da região da produção no período de 1999 a 2003, a preços de 2004. Não se mostra aqui os dados de 1996 a 1998, pois a Fundação de Economia e Estatística mudou a composição anterior do setor de serviços. Antes se dividia o setor de serviços em comércio e demais serviços (saúde, educação, serviços públicos, etc.) Agora o setor de serviços é dividido em administração pública – que conta ainda com orçamentos de defesa e

seguridade social – e demais serviços (comércio varejista e atacadista, serviços financeiros, saúde, educação, etc).

Verifica-se que a agropecuária correspondeu, em 2003, a 29,8% da produção regional. Pode-se perceber aqui o impacto, em termos regionais, da quebra de safra de 2005 que foi em média de 50% da produção de grãos. No período de 1999 a 2006 a produção agropecuária regional cresceu a um ritmo de 14,3% ao ano. A indústria possuía um peso de 31%, seguido dos demais serviços (27,8%) e da administração pública (9,1%). Verifica-se que o setor de serviços privado regional cresceu num ritmo maior (4,6% ao ano) do que a indústria (3,2% ao ano). A administração pública permaneceu estável no período (0,2% ao ano). A economia regional como um todo cresceu num ritmo de 6,5% ao ano, o que mantendo este ritmo médio ao longo do tempo implica que a economia dobrará a cada 10 anos e meio.

Tabela 2: PIB setorial a preços básicos do Corede Produção – em milhões de reais

	1999	2000	2001	2002	2003	Dist. % 2003	Var. anual 1999/2003
Agropecuária	1.082,62	1.234,79	1.404,30	1.411,95	1.915,32	29,8%	14,3%
Indústria	1.751,55	1.713,98	1.707,06	1.789,49	1.988,48	31,0%	3,2%
Adm. Pública	581,35	586,80	590,16	582,27	585,99	9,1%	0,2%
Demais Serviços	1.484,81	1.598,94	1.584,23	1.631,17	1.783,41	27,8%	4,6%
Total dos Serviços	2.066,16	2.185,75	2.174,39	2.213,43	2.369,39	36,9%	3,4%
Total	4.953,41	5.140,13	5.328,31	5.503,15	6.424,03	100,0%	6,5%

Obs: série de valores reais corrigidos para 2004

A Tabela 3 mostra a evolução setorial de Passo Fundo no período de 1999 a 2003. Verifica-se que, em 2003, o setor demais serviços teve o maior peso no município (43,2%), seguido pela indústria (39,7%), pela administração pública (11,9%) e pela agropecuária (5,3%). A agropecuária foi o setor que apresentou a maior taxa de crescimento anual, de 14,5% ao ano, similar ao crescimento regional. Isto significa que a se manter esse ritmo a agropecuária de Passo Fundo dobrará a cada 4,8 anos. O segundo melhor desempenho foi observado na indústria – 6,5% ao ano. De fato, a partir de 2001 houve um ponto de inflexão na indústria passofundense, com uma reversão de trajetória, agora mais acelerada. Em 1998, a indústria de Marau produzia 45% mais que a de Passo Fundo. Em 2002 esse quadro se reverteu, com a indústria de Passo Fundo, em 2003, alcançando um valor 7% superior à de Marau, recuperando a supremacia histórica nesta parte da economia.

Tabela 3: PIB setorial a preços básicos de Passo Fundo – em milhões de reais

	1999	2000	2001	2002	2003	Dist. % 2003	Var. anual 1999/2003	Part. PF/RP
Agropecuária	56,42	62,53	83,31	77,71	100,87	5,3%	14,5%	5,3%
Indústria	588,47	587,28	599,83	654,86	762,42	39,7%	6,5%	38,3%
Adm. Pública	220,56	223,31	226,07	225,12	227,61	11,9%	0,8%	38,8%
Demais Serviços	751,35	835,55	764,52	783,96	828,63	43,2%	2,4%	46,5%
Total dos Serviços	971,91	1.058,87	990,59	1.009,08	1.056,24	55,1%	2,1%	44,6%
Total	1.709,81	1.806,25	1.734,57	1.793,03	1.918,65	100,0%	2,9%	29,9%

Obs: série de valores reais corrigidos para 2004

A última coluna da Tabela 3 mostra o peso de Passo Fundo na economia regional. A indústria de Marau correspondeu, em 2003, a 35,8% da indústria regional, enquanto a de Passo Fundo contava com 38,3% da produção industrial regional. O setor de administração pública municipal corresponde a 38,8% do valor adicionado setorial do Corede produção. O setor demais serviços corresponde a 46,5% da região, embora o crescimento municipal de 2,1% ao ano seja menor do que o crescimento regional de 4,6% ao ano. De fato, dos 34 municípios da região, 30 tiveram melhor desempenho na área de serviços do que passo Fundo.

Para finalizar, cabe dizer que o processo de desenvolvimento de uma região, que pressupõe o seu crescimento econômico, dependerá fundamentalmente da sua capacidade de organização social, associada ao aumento da autonomia regional para a retomada de decisões, aumento da capacidade para reter e reinvestir o excedente econômico gerado pelo processo de crescimento regional e um crescente processo de inclusão social. Na minha opinião, já dito em outras ocasiões, a região deveria criar uma Agência de Desenvolvimento Regional, considerada um instrumento de integração de quarto grau, pois atua sobre toda a região sendo seus sócios os entes públicos e privados que trabalham pelo desenvolvimento da região. Deveria ainda contar com mais dois instrumentos de integração de terceiro grau: um observatório econômico (ou centro de informação) e um centro catalisador de tecnologia (na Itália conhecido como Parco Scientifico-Tecnologico). A Universidade de Passo Fundo possui todas as condições de contribuir fortemente com esse processo. A região já conta com mecanismos de segundo grau (associações empresariais) e mecanismos de primeiro grau como os consórcios de empresas.

ORIGENS E DESTINOS DO TERRITÓRIO DE PASSO FUNDO DESDE 1857

Eduardo Belisário Finamore

Professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - UPF

Existem duas controvérsias a respeito de Passo Fundo. A primeira é sobre quem foi o verdadeiro fundador do município. Segundo Miranda & Machado (2005), pode ter sido Joaquim Fagundes dos Reis ou Manoel José das Neves (Cabo Neves). A segunda controvérsia é sobre o tamanho original do município. Para Oliveira (1990) a área original era de 80.000 km². Esta informação também consta no website da Prefeitura Municipal de Passo Fundo. Já, segundo Rückert (1998), citado por Bitencourt et all. (2004), a área original de Passo Fundo seria de 24.802 km².

O objetivo deste artigo é reconstituir o território inicial de Passo Fundo bem como as transformações que sofreu ao longo das décadas por meio de emancipações através das informações da Fundação de Economia e Estatística (FEE) que disponibiliza a data de origem de todos os municípios gaúchos, bem como os municípios de origem e a lei ou decreto que o criou.

O território do Rio Grande do Sul, em 1809, foi dividido inicialmente em quatro municípios: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio da Patrulha. Por ocasião da Guerra dos Farrapos, eram 14 os municípios gaúchos. Em 1833, Rio Pardo, por resolução do presidente da província, deu origem a Cruz Alta. Em 28 de janeiro de 1857, foi criado o município de Passo Fundo, por meio da lei nº 340. Em 1860 os municípios gaúchos somavam 28. A área atual dos 173 municípios que se originaram de Passo Fundo, incluindo o próprio, totalizam hoje, 41.200,9 km² e é mostrada na Figura 1. Como se verá adiante alguns municípios que se emanciparam tiveram dupla origem, ficando a área “original”, identificada neste trabalho, de Passo Fundo superestimada, mas bem menor do que a área de 80.000 km², sustentada por alguns. Existe atualmente no Rio Grande do Sul 496 municípios.

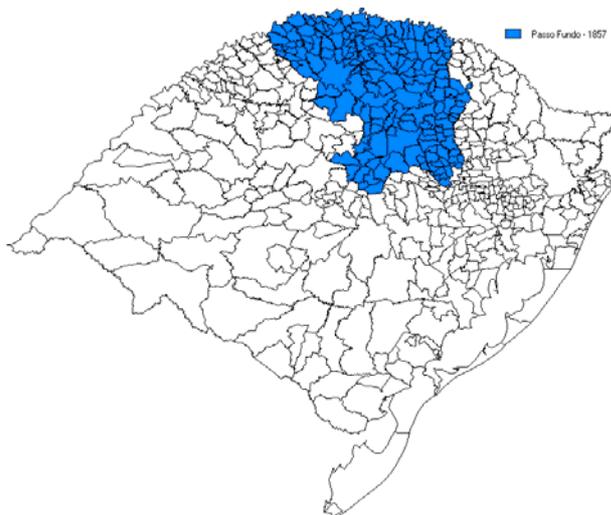


Figura 1: Passo Fundo em 1857 – território de 41.200,9 km²

A Figura 2 mostra a transformação do território de Passo Fundo de 1874 a 1992. Em 1874, houve a emancipação de Palmeira das Missões, por lei, original de Passo Fundo e Cruz Alta. O total do território palmeirense de 11.437,47 km² deu origem a cinquenta novos municípios. Correspon- dia a 27,8% do território passofundense demarcado na Figura 1. Como não é possível identificar qual parte de Palmeira das Missões pertencia a Cruz Alta e qual pertencia a Passo Fundo, se está aqui superestimando a área original total de Passo Fundo. Deve-se aprofundar o estudo com base em registros históricos.

Em 1875 foi criado, por lei, o município de Soledade, com uma área total de 9.073,86 km², originando trinta e dois novos municípios posteriormente. Essa área correspondia 22,0% da área original e 30,5% da área remanescente de Passo Fundo (29.764,5 km²) após a emancipação de Palmeira das Missões.

Guaporé emancipou-se de Passo Fundo e Lajeado, em 1903, por decreto, originando posteriormente onze novos municípios. A área total de Guaporé era de aproximadamente 1.607,6 km², correspondendo a 3,9% do território original de Passo Fundo e 7,8% do território remanescente após as emancipações anteriores (20.690,6 km²). Aqui, se está superestimando o território original de Passo Fundo, pois parte de Guaporé foi oriundo de Lajeado e se está subestimando a área de Guaporé, pois parte de seu território foi doado a Marau, contabilizado mais adiante.

Em 1928, por decreto, surgiu o município de Erechim, com uma área de 4.752,38 km², que mais tarde deu origem a vinte e três novos municípios. O município de Erechim correspondia a 11,5% do território inicial de Passo Fundo e a 24,9% do território passofundense remanescente das emancipações anteriores (19.083 km²). O território inicial de Erechim foi aqui subestimado, pois parte dele foi doado ao município de Getúlio Vargas, contabilizado mais adiante.

Em 1931, houve a emancipação de Carazinho por decreto, que originou doze novos municípios. A área inicial de Carazinho era de aproximadamente 4.076,7 km², o que correspondia a 9,9% da área inicial de Passo Fundo e a 28,4% da área remanescente de Passo Fundo após as emancipações anteriores (14.330,6 km²).

Getúlio Vargas surgiu em 1934, por decreto, com um território oriundo de Erechim e Passo Fundo, dando origem mais tarde a quatro municípios. A área original de Getúlio Vargas era de 863,1 km², correspondendo a 2,1% de Passo Fundo inicial e a 8,4% dos 10.253,9 km² do território de Passo Fundo antes da emancipação de Getúlio Vargas.

O último município a se emancipar por decreto foi Sarandi, originado somente de Passo Fundo, que deu mais tarde origem a quatorze novos municípios. A área original de Sarandi era de 3.194,6 km², 7,8% de Passo Fundo inicial e 34,0% de Passo Fundo antes da emancipação de Sarandi (9.390,9 km²).

Na década de 50, foram emancipados, por medida de lei, dois municípios, Marau (1954), oriundo de Passo Fundo e Guaporé, e Tapejara (1955), oriundo de Passo Fundo e Getúlio Vargas. O primeiro deu origem a mais quatro novos municípios e o segundo, a três novos municípios. O município de Marau media aproximadamente 1.307,8 km² e Tapejara, 809,8 km². Essas duas emancipações ocasionaram uma diminuição do território de Passo Fundo de 5,1% do território original e de 34,2% do território antes dessas emancipações (6.196,2 km²).

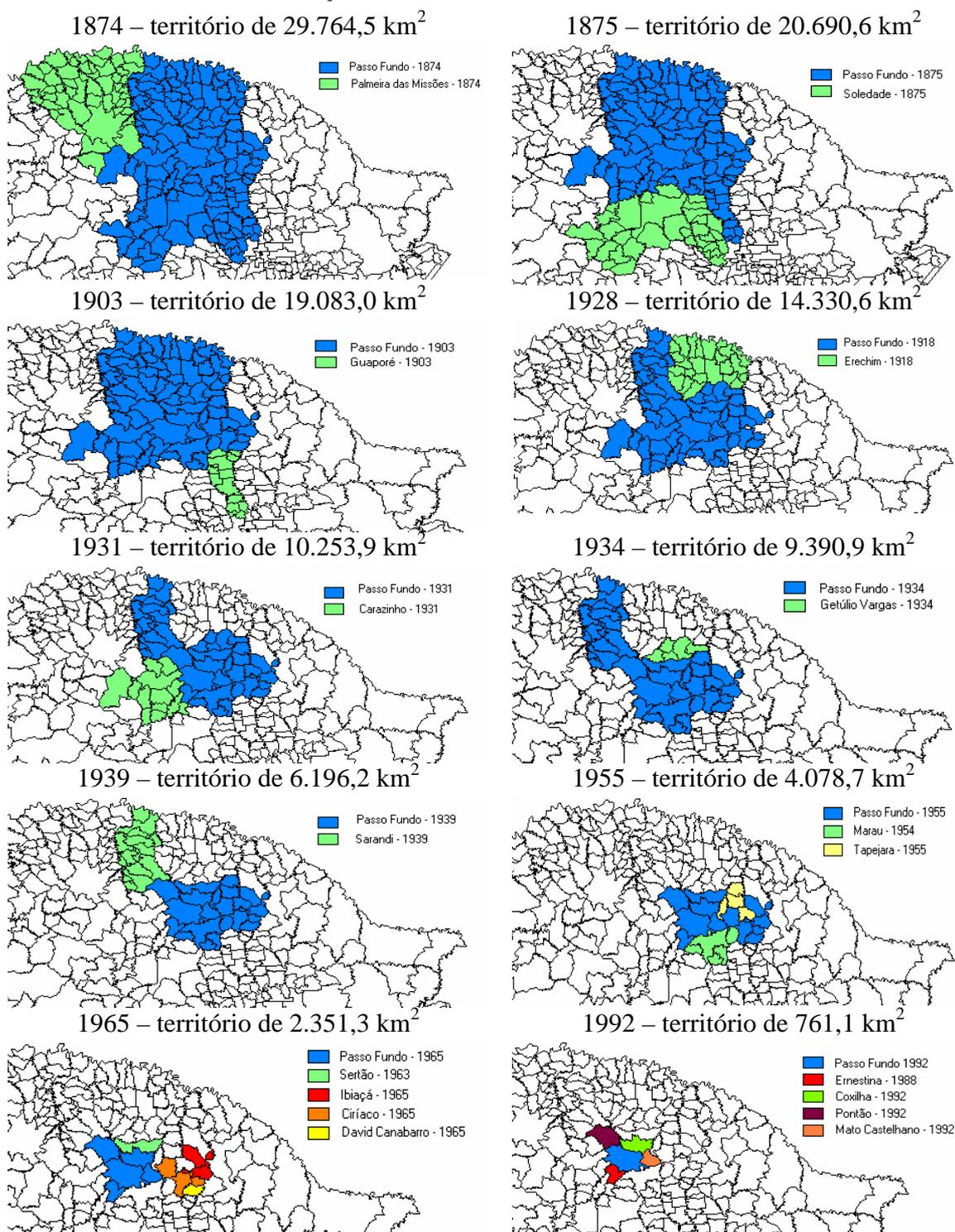
Na década de 60, houve a emancipação de Passo Fundo, por lei, de quatro novos municípios: Sertão (1963) e Ibiaçá, Ciríaco e David Canabarro, em 1965. Do território de Ibiaçá e Ciríaco surgiram três novos municípios posteriormente. O total do território desmembrado de Passo Fundo foi de 1.727,4 km², correspondendo a 4,2% do território original e 42,4% do território antes dessas emancipações (4.078,7 km²).

Em 1988 foi criado o Município de Ernestina, e em 1992 foram criados os municípios de Coxilha, Gentil, Pontão e Mato Castelhano. Esses municípios mediam 1.590,2 km² o que correspondia a 67,6% do território passofundense antes das emancipações (2.351,3 km²) e a 3,9% do território original. O território atual de Passo Fundo é de 761,1 km², inalterado desde 1992 - 1,85% da área inicial.

Segundo PINHEIRO (2002), vários foram os fatores que levaram a estas emancipações. O argumento mais importante é que a descentralização permite melhorar a gestão do território. Outros argumentos utilizados nas emancipações mais recentes foram o abandono pelo poder público do "município-mãe"; ter acesso ao Fundo de Participação dos Municípios e outras fontes transferidas; evitar o êxodo rural; aproximar o contribuinte da gestão pública local; aplicar os recursos na comunidade local; e, efeito demonstração das emancipações anteriores. Uma crítica a estas eman-

cipações foi a de que não foi devidamente comprovado a viabilidade das áreas emancipadas nem tampouco que a área remanescente do município de origem não restaria prejudicada.

Para finalizar, cabe dizer que, apesar da perda territorial observada ao longo dos anos, Passo Fundo exerce uma forte influência sobre a região. Segundo um estudo do IPEA, IBGE e UNICAMP (2001), Passo Fundo foi classificada como uma cidade “muito forte” quanto ao nível de interação espacial e nível de centralidade. Com base nesse estudo, observa-se que Passo Fundo apresenta uma dupla subordinação a Porto Alegre e São Paulo e quando se analisa o número de cidades “subordinadas” a Passo Fundo, verifica-se um total de 132 cidades que demonstram um caminho preferencial da população na busca de atendimento de suas necessidades de consumo de bens e serviços em nosso município.



BITENCOURT, L. R. et all. *As transformações espaciais do território do município de Passo Fundo – 1857 – 1992. VI Congresso Brasileiro de Geógrafos, 2004.*

MIRANDA, F. B. S. & MACHADO, I. P. *Passo Fundo: Presentes da Memória.* Rio de Janeiro: MM Comunicação, 2005.

OLIVEIRA, F. A. *Annaes do município de Passo Fundo: aspecto histórico.* Passo Fundo: Ediupf, 1990. v. 2.

PINHEIRO, I. A. *Emancipação e Inovação na Gestão Municipal: trajetórias recentes no Rio Grande do Sul.* Relatório de Pesquisa, 2002.

SÉRIE CARACTERIZAÇÃO E TENDÊNCIAS DA REDE URBANA DO BRASIL. *Redes urbanas regionais: Sul.* Brasília: IPEA, IBGE e UNICAMP 2001. v. 6.

OBSERVATÓRIO ECONÔMICO

Coordenador
Prof. Eduardo Belisário Finamore
e-mail: finamore@upf.tche.br

I) OBJETIVOS:

- Promoção do desenvolvimento local.
- Acompanhamento sistemático da economia regional: Pib e emprego segundo região, municípios e setores empresariais.
- Delimitar o ecossistema empresarial, com base na visão de arranjos produtivos.

I.1) Objetivos específicos:

- Indicar áreas prioritárias para alocação dos recursos regionais (PROGER, BRDE).
- Verificar os resultados econômicos regionais na manutenção e geração de emprego e renda dos municípios.
- Estimular a geração e a manutenção de empregos de qualidade.
- Informar sobre atividades que estão saturadas nos municípios.
- Evitar projetos simultâneos na mesma área.
- Identificar e divulgar nichos de mercado, mão de obra disponível, recursos dos municípios;

II) BENEFICIÁRIOS:

Todas as organizações sociais com e sem fim lucrativos: prefeituras, órgãos de apoio, empresas, etc.

III) METODOLOGIA:

A metodologia de trabalho consiste no levantamento e registro constantes e sistemáticos de informações que atendam com eficácia as necessidades dos membros do sistema produtivo local. Serão identificadas metodologias reconhecidas e avaliadas pelas instituições de apoio ao observatório. Os resultados alcançados serão divulgados em relatórios trimestrais, semestrais e anuais e constituirão temas de palestras, discussões, consultorias e serviços pelos atores locais.

III.1) Geração de informações

- Elaboração de cenários conjunturais e estratégicos
- Identificação de gargalos e soluções

III. 2) Variáveis de observação:

1) A nível micro

a) Dois grupos de empresas:

- Empresas voltadas para o mercado externo
- Empresas voltadas para o mercado local

b) Cenários de competição

- Demanda local e oferta local – competição interna
- Demanda externa e oferta local – competição de arranjos produtivos regionais e globais – são os motores do crescimento

- Demanda local e oferta local e externa – competição externa – oportunidades de substituição de importação
- Demanda local e oferta externa

2) A nível macro

a) Coredes e seus municípios

- Variáveis econômicas: produção, renda, emprego, demanda, poupança e investimento. Fluxo circular pelas três óticas.
- Variáveis sociais: população, educação, saúde.

IV) RECURSOS:

O observatório será mantido por:

- Dispêndios econômico-financeiros das instituições de apoio: UPF, SEBRAE, FEE, ...
- Fundos dos órgãos públicos: FINEP, FAPERGS, CNPQ, ...
- Fundo de serviços comuns de clubes de empreendedores: serviços de interesse comuns, cujo custo é compartilhado entre os membros do clube. Os serviços e a forma de quotização dos custos serão definidos caso a caso.

V) APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS:

O sistema gerará mecanismos de registro sistematizado das experiências e evolução das empresas, permitindo o acúmulo de conhecimentos especializados, segundo região, tipologia das empresas, tamanho, estágio etc. Esta operação deverá também avaliar os resultados do programa. Ao longo do tempo, a estruturação das informações permitirá a formação de uma cultura sobre as empresas locais, que é fonte indispensável para atualização e efetividade de programas de desenvolvimento local.

A forma de divulgação se dará por meios escritos e eletrônicos. A base de informações será disponibilizada por meio de um portal interativo.